



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 12 / 12 / 1997
C	<i>soluções</i>
	Rubrica

Processo : 10980.003179/95-77
Acórdão : 202-09.241

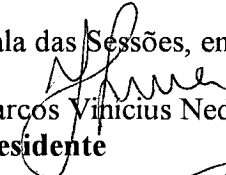
Sessão : 10 de junho de 1997
Recurso : 99.214
Recorrente : DM AGROPECUÁRIA LTDA.
Recorrida : DRJ em Curitiba-PR

ITR - I) NORMAS PROCESSUAIS: o disposto no art. 147, § 1º, do Código Tributário Nacional, não impede o contribuinte de impugnar informações por ele mesmo prestadas na DITR, no âmbito do Processo Administrativo Fiscal; II) VTN: não é suficiente como prova para impugnar o VTN declarado, Laudo de Avaliação que não avalia os bens incorporados ao imóvel, indispensáveis para a determinação do VTN específico ao imóvel, na forma do disposto no § 1º do art. 3º da Lei nº 8.847/94, e que os elementos coletados para formar a convicção do VTN, além de não se reportarem a 31 de dezembro do exercício anterior, não estão devidamente caracterizados de forma a demonstrar o atendimento aos requisitos de confiabilidade indicados na NBR 8799/85. **Recurso provido em parte.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: DM AGROPECUÁRIA LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por maioria de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do relator.** Vencidos os Conselheiros Helvio Escovedo Barcellos, Roberto Velloso (Suplente) e José Cabral Garofano que davam provimento, também, quanto à multa de mora. Ausente o Conselheiro José de Almeida Coelho.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1997


Marcos Vinicius Neder de Lima
Presidente


Antônio Carlos Bueno Ribeiro
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Oswaldo Tancredo de Oliveira, Tarásio Campelo Borges e Antônio Sinhiti Myasava.

mdm/ac



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10980.003179/95-77
Acórdão : 202-09.241

Recurso : 99.214
Recorrente : DM AGROPECUÁRIA LTDA.

RELATÓRIO

Em atenção à Diligência nº 202-01.820, decidida na Sessão de 26.09.96 deste Colegiado, nos termos do Relatório e Voto de fls. 67/71, que leio em Sessão, foram anexados aos autos os seguintes documentos:

- notas fiscais comprobatórias de aquisição de vacinas no ano de 1994 (fls. 86/87);
- Laudo de Avaliação e respectiva "ART" (fls. 78/84);
- Certidão do Registro de Imóveis de Diamantino - MT referente ao número de ordem: 15.164 (fls. 85);
- Declaração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantino - MT (fls. 88);

É o relatório.



Processo : 10980.003179/95-77
Acórdão : 202-09.241

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ANTÔNIO CARLOS BUENO RIBEIRO

Conforme relatado, a Recorrente contesta o lançamento do ITR/94 referente ao imóvel em foco, com alegações que implicam em negar as informações por ela mesma prestadas nas quais o dito lançamento se fundou.

Embora não haja dúvidas quanto à impossibilidade de a Contribuinte apresentar declaração retificadora visando a reduzir ou a excluir tributo sem atendimento das condições estabelecidas no § 1º do art. 147 do CTN (comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado do lançamento), este Colegiado já firmou entendimento de que isso não o impede de impugnar, no âmbito do Processo Administrativo Fiscal, informações por ele mesmo prestadas, sob pena de afrontar o princípio da verdade material e o amplo direito de defesa garantido pela Constituição Federal/88.

O fato de a norma complementar em comento estabelecer, como condição de admissibilidade do pedido de retificação da declaração, que ele seja anterior à notificação do lançamento, deixa claro que as suas disposições regulam procedimentos que antecedem ao lançamento propriamente dito.

Assim, uma vez constituído o crédito tributário, a suspensão da sua exigibilidade, através de reclamações e recursos, só está adstrita aos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo, é o que dispõe o art. 151, inciso I, do Código Tributário Nacional.

Aliás, outro não é o entendimento da administração tributária sobre esse assunto, conforme expresso pela Coordenação do Sistema de Tributação, em situação análoga, através da Orientação Normativa Interna nº 15/76, a saber:

“Cabe impugnação contra lançamento efetuado a maior por erro cometido pelo contribuinte ao prestar a declaração de rendimentos, inobstante vedada a retificação propriamente dita desta última.”

E, especificamente, nas instruções estabelecendo procedimentos relativos à administração do ITR e de seus consectários, como nos dá conta, por exemplo, os itens abaixo transcritos da NORMA DE EXECUÇÃO SRF/COSAR/COSIT/Nº 02/96:



Processo : 10980.003179/95-77
Acórdão : 202-09.241

“
49. - A reclamação, formalizada através de Solicitação de Retificação de Lançamento - SRL/ITR, ou de impugnação, mencionará os motivos de fato e de direito em que se fundamenta.

49.1 - A reclamação que versar sobre matéria de fato, isto é, discordância do contribuinte quanto aos dados informados por ele na DITR, deverá estar acompanhada dos documentos relacionados no ANEXO IX, conforme o caso, comprobatórios do erro de fato alegado.

.....
54.1 - Sendo a decisão favorável ou favorável em parte ao contribuinte, demandará nova emissão de notificação/DARF, que será comandada no Sistema ITR - MÓDULO DADOS DE LANÇAMENTO, via opção RETIFICAÇÃO (3LANCANTER), quando forem necessárias alterações cadastrais, mantendo-se a data de vencimento original. Quando se tratar de alteração do VTN utilizado no lançamento do imóvel rural, ela será feita via opção Lançamento Especial (7ESPECIAL);
.....”

Portanto, uma vez instaurado o litígio, incumbe à Contribuinte provar o erro que alega em toda a sua extensão através de elementos hábeis, em conformidade com o disposto no art. 16 do Decreto nº 70.235/72.

A seguir, passo a examinar a suficiência das provas apresentadas pela Recorrente com vistas a demonstrar que, devido a erros cometidos na DITR/94 (fls. 11), o imposto lançado estaria excessivo, especialmente os trazidos com a diligência, já que os anteriores não passavam de meros indícios.

Quanto às informações sobre animais, não foi anexado aos autos as ‘Fichas de Registro de Vacinações’, dadas como entregues à repartição de origem no expediente de fls. 77 (item 4), elemento hábil para atestar a quantidade de animais existentes na propriedade, sendo as notas fiscais de aquisição de vacinas (fls. 86/87) apenas indicativo da presença de animais.

Todavia, tendo em vista o princípio da economia processual e com base nos elementos disponíveis nos autos, tenho como admissível as informações relativas ao rebanho (média anual) de 93 animais de grande porte e 05 de médio porte.

A declaração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Diamantino (fls. 88) constitui elemento hábil para atestar as informações sobre mão-de-obra: 03 assalariados permanentes e 01 trabalhador temporário.



Processo : 10980.003179/95-77

Acórdão : 202-09.241

Já o Laudo de Avaliação de fls. 78/84 padece de falhas que o tornam imprestável para o fim a que se propõe, ou seja, constatar o Valor da Terra Nua-VTN relativo ao exercício de 1994 do imóvel rural em apreço.

Em primeiro lugar, o enfoque nele adotado não atende ao disposto no § 1º do art. 3º da Lei nº 8.847/94, pois deixou de avaliar os bens incorporados ao imóvel ali relacionados, indispensáveis para a determinação do VTN específico ao imóvel em tela, conforme solicitado no item 1 da diligência (Itens do Quadro de Cálculo do Valor da Terra Nua da DITR).

Os dados coletados para formar a convicção do VTN, além de não se reportarem a 31.12.93, não foram caracterizados de forma a demonstrar o atendimento, mesmo que apenas parcialmente, aos requisitos das avaliações de precisão rigorosa, indicados no item 7.2 da NBR 8799/85 que trata da "Avaliação de Precisão Normal", dada como sendo o nível de precisão adotado no referido laudo, de sorte a assegurar a confiabilidade dos mesmos.

Daí por que considero inaceitável o VTN de R\$ 184.609,70 por ele avaliado, bem como incompreensível a sua transformação em 168.142,51 UFIR, considerando que o valor da UFIR, no período, sempre esteve abaixo de uma unidade.

Assim, não logrando a Recorrente comprovar de forma adequada o VTN por ela alegado, ônus que lhe é imposto no âmbito do Processo Administrativo Fiscal, e em se tratando de um lançamento por declaração, é de ser mantido o VTN declarado na DITR de fls. 11.

Isto posto, dou provimento parcial ao recurso para que se altere o lançamento em foco, levando-se em conta os elementos considerados adequadamente comprovados neste voto.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1997



ANTÔNIO CARLOS BUENO RIBEIRO